

Encantos e decepções do rádio público estatal

Charms and disappointments of state public radio

Encantos y decepciones de la radio pública estatal

Sergio Ricardo Quiroga

Resumo

Este artigo procura examinar a constituição, programação, audiências e diálogo social de duas estações de rádios estaduais na província de San Luis: Radio Universidad em Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - FM 97.9 e Radio Municipalidad de la Punta 87.7 em La Punta (San Luis, Argentina). As duas rádios públicas buscam se diferenciar das rádios comerciais com uma grade que possui conteúdo adequado à sua percepção do público. Ambas se esforçam para ter uma programação alternativa, não tradicional em sua forma e estética, uma vez que a chamada mídia pública deve ter uma grande variedade de vozes e nuances e ter uma diversidade de opiniões trabalhando com conteúdos destinados a um público heterogêneo. Rádio universitária em Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - A FM 97.9 foi criada em junho de 2015 e a Rádio Municipalidad de la Punta 87.7 em 19 de outubro de 2016. Ambas as estações são financiadas por recursos públicos, no primeiro caso por duas faculdades (FCJES) e (FICA) da Universidade Nacional de San Luis, na cidade de Villa Mercedes, e a segunda por um orçamento do município de La Punta (SL).

Palavras-chave: rádios públicas, conteúdo, audiências, interações

Sobre o autor

Sérgio Ricardo Quiroga
sergioricardoquiroga@gmail.com

Jornalista e escritor, Sérgio Ricardo Quiroga é professor da Universidad de San Luis, em La Punta, Argentina. Pesquisador-Coordenador do ICAES (Instituto Cultural Argentino de Educación Superior). Membro da Seção de Comunicação Participativa da IAMCR (International Association for Media and Communication Research). Suas áreas de pesquisa envolvem comunicação pública, cultura, mídia e tecnologia. Criador do blog periodismoencuotas.blogspot.com.ar.

>> Informações adicionais:

Artigo recebido em: 03/10/2018 | Aprovado em: 05/02/2019

>> Como citar este texto:

QUIROGA, Sergio Ricardo. Encantos e decepções do rádio público estatal. Tradução: Debora Cristina Lopez. *Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana -MG, v. 11, n. 01, p. 226-241, jan./abr. 2020.

Abstract

This paper seeks to examine the constitution, programming, audiences and social dialogue of two state radios stations in the province of San Luis: Radio Universidad in Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - FM 97.9 and Radio Municipalidad de la Punta 87.7 in La Punta (San Luis, Argentina). The two public radio seek to differentiate themselves from commercial radios with a grid that has content appropriate to their perception of the audience. Both media strive to have an alternative programming, not traditional in its forms and its aesthetics since the so-called public media must have a wide variety of voices and nuances and have a diversity of opinions programming with contents aimed at a heterogeneous audience. University Radio in Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - FM 97.9 was created in June 2015 and Radio Municipalidad de la Punta 87.7 on October 19, 2016. Both stations are financed by public funds, in the first case by two faculties (FCJES) and (FICA) of the National University of San Luis in the city of Villa Mercedes and the second by a budget of the Municipality of La Punta (SL).

Keywords: public radios, contents, audiences, interactions

Resumen

El propósito de este artículo es comparar las características de los podcasts más populares en Brasil y Estados Unidos en 2019. Para esto, creamos una lista de los veinte podcasts mas escuchados o descargados en cada pais, utilizando la informaciones de agregadores de podcasts. Luego, analizamos sus formatos, periodicidad, los temas que tratan y cómo se financian, entre otros aspectos. Con eso pudimos identificar qué buscan los oyentes al escuchar podcasts y observar algunas diferencias y similitudes en los mercados de América del Norte y Brasil. Entre los hallazgos preliminares, destacamos el éxito de los programas de debate en Brasil y las narrativas policiales en los Estados Unidos; la influencia de los formatos periodísticos estadounidenses en los brasileños; el dominio de la periodicidad semanal en ambos países; la publicidad y el crowdfunding como principales formatos de monetización; y la fuerte presencia de grandes corporaciones de comunicación en estos mercados.

Palabras llave: podcast; audiencia; consumo de podcast.

Introdução

Este artigo procura examinar a programação, o público e o diálogo social da mídia com seu público, de duas estações de rádio públicas e estaduais da província de San Luis: Radio Universidad em Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - FM 97.9 e Radio Município de Punta 87.7 em La Punta (San Luis, Argentina).

Ambos dependem de órgãos públicos estaduais, uma vez que as universidades nacionais às quais estão vinculadas são instituições públicas autônomas financiadas pelo orçamento nacional e os municípios são organizações democráticas criadas pelo sistema político. Essas empresas de mídia não têm fins lucrativos, pois sua operação é garantida pelos recursos que os cidadãos contribuem para as organizações públicas através de impostos.

Estudos sobre meios públicos na Argentina expuseram algumas das características dessas mídias nos últimos anos após a aprovação da Lei de Serviços Audiovisuais em 2009, como as formuladas por Zanotti (2015), Quiroga (2016), Arroyo, Becerra e outros, (2013) e Marino, Becerra e Mastrini, (2010).

Os estudos de mídia pública nos últimos anos se concentraram principalmente em políticas públicas (ZANOTTI, 2015), com reflexões acadêmicas que abordaram essas mídias na região, a partir de um sentido prescritivo do que deveriam ser ou representar para a aquisição de um serviço público personagem (ARROYO, BECERRA e OUTROS, 2013). Houve contribuições que indicavam amplo consenso sobre a natureza da mídia pública, como autonomia política e econômica, prestação de um serviço não governamental, controle de um poder ou órgão público sobre a mídia, defesa da pluralidade, diversidade e possibilidade de alcançar amplos setores sociais (ARROYO, BECERRA e OTHERS, 2013).

Os meios de comunicação públicos e alternativos na Argentina têm a possibilidade e o desafio de ter uma programação diferente, conteúdos alternativos e diferentes destinados a públicos específicos e a serviço da cidadania e da transparência institucional. Esses meios de comunicação podem gerar agendas diferentes e opostas aos meios de comunicação privados e concentrar sua atenção em questões que geram atenção e preocupações dos cidadãos de um ponto de vista diferente. A aprovação da Lei 26.522 sobre Serviços de Comunicação Audiovisual em 2009 e outras medidas políticas sobre comunicação favoreceram uma abertura progressiva do campo de atores da mídia (privado com fins lucrativos, privado sem fins lucrativos e público).

Sem dúvida, a programação, atração e retenção de audiências são tópicos que começam a interessar a administração de estações de rádio públicas e do Estado que buscam sobreviver em um contexto adverso e que dependem de organizações governamentais públicas. Embora a mídia pública tenha um papel relevante na democracia, diversificando temas e agendas, expondo diferentes pontos de vista, as mudanças ocor-

reram com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, novas mídias e a transformação de suas narrativas e o surgimento de públicos diversos e errantes.

A mídia pública não pode ser classificada como alternativa. As mídias alternativas, nesta pesquisa, são aquelas que enfrentam o poder em conjunto entre o público (ouvintes ativos) e a mídia, favorecendo os diálogos sociais e melhorando as condições e a qualidade de vida dos habitantes.

Na Argentina, na década de 1980, surgiram as primeiras experiências de rádios comunitárias, que sobreviverão com base no esforço privado ou no trabalho voluntário, uma vez que a legislação efetiva não permitiu sua existência. Muitas mídias desapareceram no caminho e outras sobreviveram resistindo ao antigo Comitê Federal de Radiodifusão (COMFER), uma organização que representava o Estado. Esses meios de comunicação começaram a crescer clandestinamente e desorganizados em meados dos anos 1980, quando uma lei da ditadura militar governava que não permitia a possibilidade de organizações não-governamentais (ONGs), universidades ou organizações sociais terem seus próprios meios. As primeiras medidas adotadas pela democracia argentina no período do presidente Menem permitiram a concentração da mídia e o nascimento dos primeiros conglomerados da mídia.

A Lei nº 26.522 dos Serviços de Comunicação Audiovisual, que normatiza o setor na democracia argentina desde 2009, permitiu que organizações não-governamentais (ONGs), universidades e governos municipais e provinciais tivessem e administrassem seus meios de comunicação. De acordo com o que a lei atual define, o setor público é formado pela mídia estatal, Rádio e Televisão Argentina (RTA SE) e corresponde às províncias, municípios, universidades públicas e instituições educacionais e não estatais e povos indígenas. Com suas virtudes e deficiências, a discussão da lei ampliou a compreensão do lugar que o Estado fornece à mídia, mas não resolveu o problema da convergência tecnológica entre o audiovisual, as telecomunicações e a Internet e as possibilidades de ampliar a agenda de democratização da comunicação no país (MARINO, BECERRA e MASTRINI, 2010).

Antes dessa norma, vigorava um decreto-lei da ditadura militar de 1980 que restringia e limitava a possibilidade de criação de meios e não era adaptado ao novo contexto. Antes de sua anulação pela Lei 26.522, em 1999 o Presidente Carlos Menem modificou,

pelo Decreto 1005 de “necessidade e urgência”, alguns elementos-chave da lei de radiodifusão. O regulamento autorizava que qualquer empresa, individual ou comercial, possuísse até vinte e quatro licenças de rádio ou televisão em todo o país, modificando o limite de quatro admitido pela lei 22.285, possibilitando a formação de canais de rádio e TV e autorizando a transferência de licenças, que era proibido. Essas modificações permitiram a constituição de grupos multimídia na Argentina, uma vez que os meios de comunicação mais poderosos começaram a adquirir os menores, dando início à concentração de mídia na Argentina.

Anos depois, durante a presidência de Macri, o Decreto nº 267, de 29 de dezembro de 2015, gerou uma importante mudança no desenho institucional da mídia e telecomunicações na Argentina. O novo Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) eliminou a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA, criada pela Lei SCA) e a Autoridade Federal de Tecnologias da Informação e Comunicação (AFTIC, criada pela chamada Lei Digital Argentina) 27.078).

O governo argentino publicou em janeiro de 2016 no Diário Oficial da União o DNU que modificou as leis de mídia e telecomunicações e criou uma nova Agência Nacional de Comunicações (ENACOM). A nova medida altera o artigo nº 41 da Lei de Mídia estabelecido no governo de Cristina Fernández de Kirchner, que proibia a venda de mídia audiovisual. As mudanças permitem a integração de canais privados de rádio e televisão, que eram restritos. A modificação mais importante está no artigo 45 do referido regulamento, que estabelece que não haverá limites para o número de cidades nas quais as empresas de cabo, que anteriormente eram 24, poderiam operar, e que elas são regidas pela lei de telecomunicações. Além disso, as restrições à propriedade cruzada da televisão a cabo e do rádio e da TV aberta foram eliminadas e os atuais licenciados de TV e rádio poderiam solicitar a extensão do prazo da licença por 10 anos, independentemente de sua data de vencimento.

As regras do jogo estabelecidas pelo presidente Macri iniciaram uma etapa diferente na estruturação do setor de mídia, onde oficiais do governo parecem defender a liberdade de expressão como a sobrevivência dos grupos de mídia mais concentrados. As mudanças na lei argentina de SCA foram feitas por decretos presidenciais, normas que não foram aprovadas pelo Congresso. O governo usou para produzir essas modificações um mecanismo excepcional previsto na Constituição Nacional chamado Decreto de Necessidade e Urgência (DNU).

Metodologia de análise

Para conhecer as características da Rádio Universidad em Villa Mercedes (San Luis, Argentina) - FM 97.9 e da Rádio Municipalidad de Punta 87.7 em La Punta (San Luis, Argentina), suas programações foram ouvidas nos meses de março, abril, Em maio e junho de 2017. Foram analisadas as informações disponíveis que divulgaram por seu site ou imprensa, e as rádios foram visitadas através da formulação de uma pesquisa com os executivos para conhecer os níveis de diálogo com a sociedade. Na pesquisa, as sugestões de BUCCI, CHIARETTI E FIORINI (2013: 27) sobre indicadores de qualidade de estações de rádio públicas e avaliação contemporânea, foram utilizados para conhecer o nível de interação do meio com o público.

Contexto político da Província de San Luis

San Luis é uma província argentina localizada na região de Cuyo, que faz fronteira com a província de La Rioja ao norte, Córdoba ao leste, La Pampa ao sul, Mendoza ao oeste e San Juan ao noroeste, e é governada hegemonicamente pelo Partido Justicialista, desde a chegada da democracia à Argentina em dezembro de 1983. O Partido Justicialista liderado pelos irmãos Rodríguez Saá, Adolfo (ex-presidente da Argentina em 2002) e Alberto, que foram governadores da província repetidamente e expuseram com o Partido Peronista, seu poder eleitoral há mais de trinta anos. Algumas das características da administração de San Luis, que governa sem interrupções desde dezembro de 1983, foram certas limitações da liberdade de expressão no exercício do jornalismo e certa discricção na distribuição da diretriz oficial (publicidade), que funcionou como uma ferramenta de controle e domesticação da mídia e jornalistas com seu uso discricionário e partidário.

Por outro lado, uma democracia em que a divisão de poderes é meramente formal, onde praticamente não há divisão de poderes e um partido com recursos econômicos e organizacionais é o centro da assistência social aos cidadãos que promovem uma cultura de populismo em suas formas mais importantes extremo, pode ser considerada uma democracia opaca.

Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual

Após a irrupção dos militares na Argentina e o colapso da continuidade democrática na Argentina, a lei N ° 22.285 da Ditadura Militar foi aplicada até 2009. A Lei Nº 26.522

dos Serviços de Comunicação Audiovisual foi promulgada em 10 de outubro de 2009. Nesse contexto, foi criada uma agência estatal argentina, como a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA), encarregada da aplicação da nova Lei sobre Serviços de Comunicação Audiovisual N ° 26.522 (Ministério da Justiça e Direitos Humanos, 2009).

Alguns meses após a posse do Presidente Mauricio Macri, foi emitido um decreto de necessidade e urgência em 267/2015, ordenando a dissolução da organização e sua fusão com a AFTIC em um novo órgão chamado Agência Nacional de Comunicações (ENACOM). Apesar do depósito de duas medidas cautelares em 11 de janeiro, a dissolução foi temporariamente anulada, por violar a lei de mídia atual, embora medidas cautelares tenham sido posteriormente revogadas, criando um novo órgão chamado Agência Nacional de Comunicações (ENACOM).

Lei da Liberdade de Expressão do Pensamento e da Informação N° I-0735-2010

No campo das políticas públicas de comunicação em San Luis, destaca-se que, em 3 de novembro de 2010, quando estava em vigor a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, o Senado Provincial e a Câmara dos Deputados sancionaram a Lei de Liberdade de Expressão do Pensamento. e Lei de Informações I-0735-2010

Alguns aspectos da norma estabeleceram as seguintes diretrizes:

O artigo nº 1 diz que:

“A província de San Luis, em conformidade com os poderes estabelecidos nos artigos 32 e 121 da Constituição Nacional e no artigo 21 da Constituição Provincial, garante a liberdade de pensamento, expressão, conhecimento, informação e idéias em todo o seu território como atributo essencial de todos. Nenhuma lei ou autoridade pode restringir a livre expressão e sua disseminação”.

O Artigo 2º afirma que:

“Corresponde à província de San Luis a jurisdição de todos os assuntos relacionados aos serviços de radiodifusão que incluem: radiodifusão, televisão aberta e a cabo, imprensa e qualquer outro que ocorra dentro de seus limites territoriais”.

O artigo 3º indicava que:

“Todos os cidadãos têm direito a informações verdadeiras e a escolher livremente os serviços que desejam receber, sem que os interesses privados e os poderes públicos interfiram ou substituam suas decisões. O pluralismo na comunicação é uma condição

essencial para o cumprimento da liberdade de expressão, informação comunicação e garante a livre formação da opinião pública, diversidade e coesão social. A prestação de serviços de comunicação deve basear-se no respeito e na proteção dos princípios, valores e direitos fundamentais reconhecidos na Constituição, especialmente o direito à honra, direito à privacidade e direito à auto-imagem”.

O artigo nº 4 especificava que:

“Para os fins estabelecidos nos artigos anteriores, a província de San Luis manterá um Livro de Registro Público das frequências de espectro de rádio disponíveis e concederá, por meio do Conselho Consultivo da Liberdade de Expressão, a autorização pertinente com a finalidade de fornecer serviços de comunicação, com a limitação da disponibilidade efetiva de frequências”.

Estado Nacional contra o Estado de San Luis

De acordo com um relatório de maio de 2012 do Centro de Informações Judiciais (CIJ), o Tribunal determinou uma medida cautelar em um caso promovido pela AFSCA contra a província de San Luis, o que elevou a inconstitucionalidade de uma lei local em um caso, mas em outro admitiu a legitimidade do governo de San Luis para questionar a constitucionalidade da Lei nº 26.522

O Supremo Tribunal de Justiça da Nação finalmente decidiu admitir sua jurisdição original no caso A. 1140 XLVI, promovido pela Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual contra a província de San Luis, a fim de obter uma declaração de nulidade devido à inconstitucionalidade do lei provincial I-0735-2010, de acordo com as informações fornecidas pelo CIJ, em virtude das quais a província de San Luis reivindicaria jurisdição sobre todos os assuntos relacionados aos serviços de radiodifusão, televisão e televisão a cabo que prestarem dentro de seus limites e que implicariam interferência do governo local na área de competência da autoridade federal. (CIJ, maio de 2012).

O Tribunal admitiu a medida cautelar solicitada pela Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual e ordenou que a Província de San Luis se abstenha de aplicar a lei I-0735-2010 e especifique qualquer outro ato relacionado à transmissão que exija conformidade da autoridade nacional e não conte com ela.

Enquanto isso, no caso S.779 XLV, promovido pela Província de San Luis contra o Estado Nacional, o Tribunal decidiu admitir a legitimidade disso para questionar a constitucionalidade da referida Lei 26522, dos Serviços de Comunicação Audiovisual, dada sua condição de proprietário da estação LV 90 TV Channel 13 (CENTRO DE INFORMAÇÃO JUDICIAL, 2012).

Contexto midiático da Província de San Luis

O contexto midiático da província de San Luis, Argentina, é caracterizado pela existência de mais de 150 meios de comunicação, a maioria deles localizados nas duas cidades mais importantes da província: San Luis e Villa Mercedes. A maioria da mídia é privada. Mesmo assim, o exercício do jornalismo ainda é incipiente, artesanal e voluntário e, em geral, a mídia de San Luis não está interessada em contratar em suas empresas os graduados em jornalismo e comunicação da Universidade Nacional de San Luis.

O grupo de mídia do governo é formado, entre outros, pelo canal 13 San Luis (televisão estadual), pela Agência de Notícias San Luis (ANSL) (meio digital do estado provincial) e pelo Diario da República, a única mídia gráfica privada cobertura provincial) e também Planet Xillium - FM Lafinur FM 90.9 (<http://www.planetxillium.net/rlasp/index.asp>), onde o Dr. Alberto Rodríguez Saá atuou como jornalista e motorista desde que deixou o governo de San Luis no ano 2011, até que ele assumiu novamente em dezembro de 2015.

Apesar da presença cada vez mais proeminente de jornalistas e comunicadores com treinamento universitário na província de San Luis, existem poucos meios que empregam esses profissionais e muito menos aqueles que oferecem uma remuneração justa pelos serviços que prestam. Sob essas condições, o trabalho jornalístico e informativo é fornecido por trabalhadores não qualificados, na maioria dos casos com recompensas escassas por seu trabalho. Neste contexto de plenas dificuldades, os meios de comunicação da província de San Luis estão se desenvolvendo, em um claro divórcio entre esses e os profissionais de comunicação da universidade.

Rádios públicas

As duas rádios públicas objeto deste estudo tentaram se diferenciar das rádios comerciais com uma programação e conteúdos de acordo com o que eles percebem como seu público. No entanto, esses meios de comunicação não conhecem exatamente as características de seus públicos, devido à falta de estudos e pesquisas sobre o assunto, e a montagem de sua programação e conteúdo é feita com base na percepção que se tem dele. A pequena mídia pública aspira por uma programação alternativa, não tradicional em forma e estética. Idealmente, a mídia pública deve ter uma programação variada, amplitude e diversidade de opiniões e conteúdo direcionado a um público heterogêneo.

A FM 97.9 - Radio Universidad foi criada em junho de 2015 e a Radio Municipalidad de la Punta FM 87.7 nasceu em 19 de outubro de 2016. Ambas as estações são financiadas por recursos públicos, no primeiro caso por duas faculdades (FCJES) e (FICA) da Universidade Nacional de San Luis, na cidade de Villa Mercedes, e a segunda, por um orçamento do município de La Punta (SL) - FM 97.9 - Radio Universidad afirma que sua programação é direcionada à comunidade universitária em Special, com todas as informações de as Faculdades da Universidade Nacional de San Luis, localizadas em Villa Mercedes (SL) e também formadas para uma audiência geral com programas que tratam de vários tópicos.

Em relação à Rádio Municipalidade de Punta FM 87,7, as próprias autoridades municipais expressaram que a nova rádio promoveria que vizinhos, ONGs, associações e todas as expressões políticas tenham vozes e espaços na programação. As duas novas estações públicas de rádio, desde a criação, não estão na Internet, embora na Rádio Municipalidad de La Punta essas etapas estejam avançadas. (<http://radiomunicipalapunta.com>).

Rádio Universidade Villa Mercedes FM 97.9

1244/5000

Desde junho de 2015, a Radio Universidad (FM 97.9), em Villa Mercedes (San Luis, Argentina), colocou sua nova programação no ar. O conteúdo é dirigido à comunidade universitária em particular, com informações das faculdades que compõem a Universidade Nacional de San Luis (Argentina) e também a uma audiência geral com programas de vários temas. Conforme destacado por Zanotti (2015), os jovens constituem um segmento dinâmico da vida universitária e são percebidos como mais abertos às tecnologias de mídia e comunicação.

A Radio Universidad da Villa Mercedes, durante o ano de 2014, incorporou novos equipamentos que lhe permitiram melhorar sua qualidade de transmissão e seu alcance. Mais tarde, três novos anunciantes / jornalistas se juntaram à equipe da emissora. O meio possui um programa ao vivo com transmissão de estúdios e atividades ao ar livre das 07:00 às 20:00 de segunda a sexta-feira. Depois desse horário, a partir das 20:00 às 19:00 e fins de semana, o programa apresenta um pacote de conteúdo gravado e música transmitida diretamente do computador. O Info 60 "é uma proposta de rádio caracterizada como um boletim informativo da universidade com notícias das Faculdades e da

UNSL e entrevistas com pesquisadores e professores que informam como seu trabalho é realizado dentro da universidade.

A música da emissora (transmissões de março, abril, maio e junho de 2017) não parece muito variada e nas emissões predominam os ritmos pop e o rock progressivo ou alternativo e internacional. Nem todos os espaços do rádio são cobertos com “programas” e, quando não há programa de rádio, apenas a música é transmitida.

Os trabalhadores da FM Universidad Villa Mercedes não são funcionários do corpo permanente da universidade. Ou seja, eles recebem de uma organização que os contratou mensalmente como prestadores da instituição.

Radio Municipalidad de La Punta 87.7

A estação que tem o slogan “um novo ar”, foi inaugurada em 19 de outubro de 2016 pelo prefeito de La Punta, Martin Olivero, e está localizada na bateria comercial “A”, no Boulevard Tobar Garcia e na rua Leste, 30. A partir desse momento, sete pessoas que não teriam formação universitária, mas com experiência em mídia, compõem a equipe da emissora e também não são funcionários municipais.

No momento da inauguração, o prefeito Olivero expressou que “o microfone estará aberto para qualquer tipo de opinião, desde que seja feito com respeito”, e propôs que o meio tivesse uma visão crítica sobre todos os aspectos da realidade do país, a província e a cidade de La Punta (El Punteño, 2016). Olivero acrescentou que “o jornalismo deve ser crítico, senão é propaganda, e o que está acontecendo ultimamente na Argentina e em outras partes do mundo é que o jornalismo deixou de ser ...” (EL PUNTEÑO, 2016).

Programação

Nas primeiras horas do dia, o novo rádio usa e retransmite os serviços da Radio Nacional, a emissora pública argentina de alcance nacional administrada pelo estado. Desde as 8 horas da manhã até às 11 horas de segunda a sexta-feira, a revista “Con vos en la ciudad” é desenvolvida por Graciela Ulibarrie, Oscar Fagotti e Flavio Torres. Durante três horas, os moradores de La Punta e a área de influência podem, com este programa, ter informações e a possibilidade de interagir com os motoristas de uma maneira agradável e cordial.

O Punto de Encuentro, é outro dos programas propostos por Gustavo González, Gladys Aguilar e Gerardo Funes Rúa, e que forma uma proposta radial que começa aos 14

anos e se estende por uma hora, fornecendo informações atualizadas. A emissora busca se destacar pela música variada e pela programação divertida de palestrantes e jornalistas. Esse menu promete os novos meios para completar a grade de programação da nova rádio municipal: amplitude de opiniões e uma promessa de programação variada no momento da inauguração.

A música da estação é diversa, refletindo ritmos variados e diferentes. Nem todos os espaços da rádio são cobertos com "programas" e, quando não existe proposta, apenas a música é transmitida ou os serviços da Rádio Nacional Buenos Aires são retransmitidos.

Embora as duas mídias públicas constituam uma contribuição para a pluralidade das vozes da sociedade de San Luis, ainda não há uma programação diferenciada e uma nova estética que atraiam a atenção dos ouvintes e permitam a construção de maiores pontes com os cidadãos. A lógica dessas mídias é comercial-privada. É assim que caracterizamos os rádios gerenciados por empresas privadas, com uma marca comercial e uma forte venda publicitária que permite o desenvolvimento e a obtenção de lucros para seus proprietários.

A rádio pública estadual é uma alternativa sensata para a disseminação de informações de qualidade, de programas que respondem à diversidade cultural, social e política e com conteúdos totalmente vinculados às identidades regionais. Na prática, nem todas as mídias públicas alcançam o horizonte desejado.

Pesquisa: Nível de diálogo com a sociedade

Uma pesquisa adaptada de Avaliação de indicadores de qualidade das estações de rádio públicas contemporânea, extraída de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2013, p. 27) foi utilizada para conhecer o nível de diálogo dos meios públicos com a sociedade. As questões a serem investigadas foram as seguintes:

- O público pode apresentar críticas e sugestões sobre os balanços, o orçamento e a administração de recursos?
- A participação dos cidadãos é incentivada?
- Como a mídia recebe as sugestões da população?
- Como a instituição responde às sugestões?
- Existem critérios objetivos para a participação da população no processo de avaliação?

- Existem questionários aos quais o público pode responder on-line se quiser participar?
- Como a participação do espectador é absorvida e disseminada internamente?
- Existe um ombudsman ou defensor público?
- Esse profissional possui um espaço diário no programa para comentar as críticas do público?
- Existe alguma forma de interação com o público nas notícias?
- Existem recursos suficientes para executar esta função com eficiência?
- Existem arquivos que registram comentários e cartas do público?
- O prazo para as respostas é satisfatório? Existem comunicações interativas com os espectadores ou ouvintes que desejam falar sobre programação ou decisões editoriais?
- A emissora tem presença permanente nas redes sociais?
- A rádio possui páginas próprias nas redes sociais?
- Os programas na grade têm uma página nas redes sociais?

Na apresentação de críticas aos balanços e ao orçamento pelo público, os responsáveis pela mídia afirmaram que essa possibilidade não existe. Consultados sobre se a participação da cidadania é estimulada, os diretores dos meios disseram que não há iniciativas nesse sentido, nem em receber sugestões da população e muito menos em relação a elas.

Para a questão de saber se existem critérios objetivos para a participação da população no processo de avaliação da programação e do conteúdo, os representantes da mídia afirmaram que não há questionários que o público possa responder pela Internet se desejam participar, eles não possuem procedimentos para divulgar internamente a participação pública e não possuem ouvidoria ou defensor público.

Não há espaço diário na programação para comentar as críticas do público, não há forma de interação com o público nas notícias, não há registros que registrem os comentários e cartas do público.

As emissoras estão presentes com alguma frequência nas redes sociais, embora não tenham páginas próprias nas redes sociais e não possuam os programas da grade uma página nas redes sociais.

Percepções de audiência na mídia

As emissoras a priori consideram que sua programação em virtude da organização pública que os administra deve ser alternativa e diferenciada da mídia privada. Mesmo assim, a lógica seguida por essa mídia pública está amplamente relacionada à da mídia comercial e privada tradicional. A distribuição dos espaços e a organização dos programas das duas estações é semelhante à das emissoras privadas.

As instituições de radiodifusão pública devem enfrentar o desafio diário de produzir e disseminar conteúdo de qualidade que responda à demanda real de suas comunidades. É um desafio complexo, porque não existem formas estabelecidas, consolidadas e racionais de quantificar, medir e saber se, de acordo com determinados parâmetros públicos, se é possível responder aos desafios estabelecidos.

Ambas as emissoras executam um programa de interesse geral e não focado em um público específico, como o caso da FM Universidad 97.9 da Villa Mercedes, com maior conteúdo acadêmico e científico e mais informações sobre ações e transparência da universidade, e no caso da FM Radio Municipio de La Punta 87.7 com mais informações sobre o chamado parque da cidade de La Punta, as ações e o desempenho geral do município, seus trabalhos e a transparência de seu orçamento e notícias do bairro.

Percebe-se que as Faculdades (FICA) e (FCJES) da Villa Mercedes (San Luis), pertencentes à Universidade Nacional de San Luis, das quais dependem a rádio FM Universidad 97.9 e o Municipio de La Punta que administra o município a estação de rádio FM 87.7, provavelmente não classificou a importância de ter mídias que favoreçam os diálogos dos cidadãos. Por outro lado, os cidadãos não percebem que esses meios de comunicação comunicam informações de interesse geral sobre os eventos públicos atuais e o desenvolvimento de suas instituições.

Ter meios próprios e públicos pode gerar um melhor diálogo, uma maior qualidade da informação e uma amplitude e diversidade cultural que favorecem o desenvolvimento da cidadania e contribuem para a expansão da democracia. No momento desta investigação, não fomos capazes de perceber uma estética claramente diferente desses meios que nos permitem diferenciá-los dos de rádios particulares e tradicionais.

Esses meios de comunicação têm como características a escassa produção de conteúdos próprios e alternativos, o escasso pessoal e a fragilidade dos vínculos tra-

balhistas e uma programação que assume a forma de mídia privada. No caso da Radio Universidad, existe uma clara falta de preocupação entre as autoridades sobre o meio e o papel que ele deve desempenhar no contexto universitário.

Nesse sentido, o desafio de gerar ações que promovam maior pluralidade de vozes, maior hierarquia e qualidade das propostas, diversidade cultural, constante orientação e treinamento profissional e a incorporação de diferentes conteúdos que permitam a construção de agendas alternativas, canais de promoção e disseminação da cultura, características culturais regionais e onde os usuários podem participar mais ativamente na escolha e discussão de “questões” que lhes interessam através do uso de novas mídias sociais e conectividade de dispositivos de alta qualidade.

Referências bibliográficas

- ABATEDAGA, Nidia **¿Por qué la opción de apropiación colectiva? La comunicación en los medios masivos recuperados**. Tesis del Doctorado en Comunicación Social, UNLP. La Plata. Mimeo. (2011).
- ALER. **Un nuevo horizonte teórico para la radio popular en América Latina**. Quito, Ecuador. 1996.
- ALER. **La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigencia e incidencia**. Quito, Ecuador. 2001.
- ALER. **La práctica inspira. La radio popular y comunitaria frente al nuevo siglo**. Quito, Ecuador. 2004.
- ÁLVAREZ UGARTE R. Una mirada desde los movimientos sociales al pasado, presente y futuro de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**, Vol. 14, N° 1, Universidad Torcuato Di Tella: Buenos Aires. 2013.
- AMMAN, B. & DA PORTA, E. (comps.). **Rutas alternativas de la comunicación. Procesos de significación social, ideología y poder**. Ferreyra Editor: Córdoba. 2008.
- ARROYO, L.; BECERRA, M.; GARCÍA CASTILLEJO, A. & SANTAMARÍA, O. **Cajas Mágicas. El renacimiento de la televisión pública en América Latina**. Tecnos, Madrid, 2012.
- BUCCI, E., CHIARETTI, M., FIORINI, A. Indicadores de calidad de las emisoras públicas. Evaluación contemporánea. Versión original preparada por la Oficina de la UNESCO en Brasilia: “Indicadores de qualidade nas emisoras públicas: uma avaliação contemporânea”. Série Debates CI: comunicação e informação 10. 2012, 35pp. Disponible en <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Access in: May, 27th, 2017.
- BUSSO, N. Y JAIMES, D. **La cocina de la ley. El proceso de incidencia en la elaboración de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual**. Buenos Aires, FARCO. 2011.
- CENTRO DE INFORMACIÓN JUDICIAL. **Ley de Medios: la Corte resolvió dos causas que tienen como partes al Estado Nacional y a la provincia de San Luis**. 2012. Recovered of <http://www.cij.gov.ar/nota-9195-Ley-de-Medios--la-Corte-resolvi--dos-causas-que-tienen-como-partes-al-Estado-Nacional-y-a-la-provincia-de-San-Luis.html>. Access in June, 07, 2017.

CIPPEC (s.f.). Se deteriora la transparencia presupuestaria provincia. Recovered of encurtador.com.br/alouy. Access in May, 22th, 2016.

EL PUNTEÑO. La Punta San Luis: **El intendente Olivero inauguró la radio municipal de la ciudad**. 2016, Octubre 19. 03th January, 2017. Available in http://www.lapuntasanluis.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1275:la-punta-san-luis-el-intendente-olivero-inauguro-la-radio-municipal-de-la-ciudad&catid=8&Itemid=101. Access in: November 20th, 2016.

FORO DE PERIODISMO ARGENTINO. Condenan agresiones a periodistas de Villa Mercedes (San Luis). 2015. Available in <http://cuyonoticias.com/2015/39016/>. Access in: November 21th, 2016.

FRASER, N. Reinventar la justicia en un mundo globalizado. In **New Left Review**, N° 36, enero/febrero 2006, Ediciones Akal: Madrid. 2006.

FREEDMAN, D. Conference in VIII Congreso Internacional de la ULEPICC "**Comunicación, políticas e industria. Procesos de digitalización y crisis, sus impactos en las políticas y la regulación**". UNQ, Quilmes, 10-12 de July, 2013.

LEGISLATURA DE SAN LUIS. LEY N° I-0735. LEY DE LIBERTAD DE EXPRESIÓN DEL PENSAMIENTO Y DE INFORMACIÓN. 2010. Available in <http://www.diputados.sanluis.gov.ar/diputadosweb/Contenido/Pagina118/File/Legajo%20Ley%20I-0735-2010.pdf>. Access in: November 22th, 2016.

MACBRIDE, S. & OTROS. **Communication and Society Today and Tomorrow, Many Voices One World, Towards a new more just and more efficient world information and communication order..** Kogan Page: London/Uniput: New York/UNESCO: París. Pages 166-174. 1980.

MARINO, S.; BECERRA, M.; MASTRINI, G. El proceso de regulación democrática de la comunicación en Argentina. **Oficios Terrestres**. La Plata. Pages 11 – 24. 2010.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS (2009). **Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual N° 26.522**. Presidencia de la Nación Argentina. Available in <http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>. Access in: December, 10th, 2016.

QUIROGA, S. Paramedio, multimedia y comunicación gubernamental: La agenda tecnológica en ANSL. **Memorias del XIII Congreso ALAIC 2016. Sociedad del Conocimiento y Comunicación. Reflexiones Críticas desde América Latina**. Pages: 155-166. 2016. Available in <http://alaic2016.cua.uam.mx/documentos/memorias/GT10.pdf>. Access in: July 22th, 2016.

QUIROGA, S. Public perceptions, sports ideologies and journalism. **JANUS 2017 Anuário de Relações Exteriores**. Universidade Autónoma de Lisboa. 2016. Pages: 114-119. Access in: August, 18th, 2017.

QUIROGA, S. Radio, Dictatorship and rock. **Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 07, n. 01, jan./jun. 2016, pages. 226-241. Available in <http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras>. Access in: June 24th, 2017.

Quiroga, S. Women and media. Institutional cultures, inequality and dynamics of power 1982 to 2002. In **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, X, N°. 11, 2016 (Ejemplar dedicado a: Liderazgo, política y género), págs. 297-312. Available in <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5559857>. Access in: June 27th, 2017.

RADIO UNIVERSIDAD EN VILLA MERCEDES (s.f). Facultad de Ingeniería y Ciencias Agropecua-

rias. Universidad Nacional de San Luis. Argentina. Available in <http://www.fica.unsl.edu.ar/radio.php>. Access in: September, 18th, 2016.

ROMERO, Nino (2016, Marzo 7). Agresión a periodistas de San Luis. Entrevista de Nino Romero a Gustavo Luna periodistas de **El Diario de la República**. Available in <https://www.youtube.com/watch?v=phrDuacoIHA>. Acces in November 21th, 2016.

SAN MARTIN, C. Denuncian agresiones a un periodista que acusó por fraude al PJ de San Luis. **La Nación**. 2004, Abril 8. Available in <http://www.lanacion.com.ar/590473-denuncian-agresiones-a-un-periodista-que-acuso-por-fraude-al-pj-de-san-luis>. Access in: December 22th, 2016.

SORJ, B. (2010). **Usos, abusos y desafíos de la sociedad civil en América Latina**. Siglo XXI: Buenos Aires.

VAN CUILENBURG, J. & MCQUAIL, D. Cambios en el paradigma de política de medios. Hacia un nuevo paradigma de políticas de comunicación. **European Journal of Communication**, 18(2). Pages 181-207. 2005.

ZANOTTI, J. Los medios públicos estatales y la TV en Argentina: Una aproximación a la producción audiovisual universitaria en las distintas provincias. Ponencia del **VIII Seminario Regional (Cono Sur) ALAIC "Políticas, actores y prácticas de la comunicación: encrucijadas de la investigación en América Latina"**. August, 27 and 28th, Córdoba, Argentina. 2015.